

Renegociação da dívida já está aprovada

Já está aprovada pelo futuro presidente da República e pela comissão de especialistas que o assessorou na preparação do Plano de Ação do Governo a fórmula com a qual o novo governo brasileiro pretende propor aos banqueiros internacionais a renegociação em torno de nossa volumosa dívida externa.

A nova administração quer rediscutir os juros sem ignorar a inflação acumulada nas grandes economias credoras, como os Estados Unidos. Assim, seria descontada do total da dívida a taxa inflacionária acumulada desde quando os débitos começaram a ser contraídos. Além disso, o futuro presidente já aceitou a tese da capitalização dos juros, nos termos de uma sugestão originalmente apresentada pelo Sr. Paulo Lyra, ex-presidente do Banco Central.

De acordo com essa fórmula, o Brasil pagaria a metade dos juros devidos, a cada ano, sendo a outra metade incorporada ao principal da dívida. Além disso, o Governo brasileiro pretende reclamar dos seus credores internacionais um prazo de carência, entre quatro a cinco anos, durante o qual seria suspenso todo e qualquer pagamento da dívida para permitir que o País, mobilizando tantos recursos, pudesse retomar o desenvolvimento econômico.

Entre algumas das principais lideranças aliadas de Tancredo Neves existe um clima de indiffarçável mal-estar diante do acodamento com que o atual Governo, principalmente sua equipe econômico-financeira, procura estabelecer negociações para fechar com urgência o acordo com os nossos credores.

O futuro presidente da República não foi ouvido por Delfim Netto, ministro do Planejamento, ou por Affonso Celso Pastore, presidente do Banco Central, a respeito dos detalhes da fórmula de negociação que ambos procuram encaminhar junto ao sistema bancário internacional. A atual equipe econômica quer fechar um acordo e apresentá-lo à nova administração como fato consumado.

Até o Sr. Carlos Langoni, ex-presidente do Banco Central, ao visitar o vice-presidente Aureliano Chaves, sexta-feira da semana passada, manifestava estranheza diante do acodamento da equipe de Delfim em fechar um acordo com os banqueiros à revelia da nova administração "e possivelmente em prejuízo do interesse nacional."

Langoni levou a Aureliano algumas sugestões para que o governo brasileiro consiga obter certas vantagens importantes na negociação com os banqueiros internacionais. Langoni considera indispensável que o governo brasileiro deixe a posição tímida em que se encontra e procure estabelecer alianças com outros credores importantes, como o México, a Argentina e a Venezuela.

O ex-presidente do Banco Central acha que o governo brasileiro tem receio de procurar alianças com aqueles três países para não provocar represálias da parte principalmente dos Estados Unidos.